

NESTA EDIÇÃO

TRT realiza em maio Campanha de Inverno

Será realizada, de 2 a 31 de maio, a Campanha de Inverno do TRT-PR, em Curitiba. A mobilização visa arrecadar entre juízes e servidores doações para três entidades: Rede Feminina de Combate ao Câncer (Liga Paranaense - Hospital Erasto Gaertner), Centro de Nefrologia do Hospital de Clínicas e Grupo Amigos (Grupo de Apoio às pessoas portadoras do HIV/AIDS).



p. 7

Eliminação de autos findos no TRT-PR

No mês de março foram analisados pelo TRT-PR aproximadamente 12 mil processos com mais de cinco anos de trânsito em julgado (de 1998 e 1999), para realização dos trabalhos de eliminação de autos findos. Desse total, 10.418 serão efetivamente eliminados.

p.3

Perfil

Pedalandando até o TRT



O servidor Valdeir Antônio Garcia utiliza a bicicleta como meio de locomoção para se deslocar até o prédio do anexo administrativo do Fórum da Justiça do Trabalho de Curitiba, percorrendo os 17 km que o distanciam de sua casa, no centro de Pinhais, região metropolitana. Valdeir ingressou no Tribunal em 2003 no cargo de técnico judiciário. Está lotado na ALCC - Assessoria de Licitações, Compras e Contratos.

p.8

Seminário sobre ampliação da competência da Justiça do Trabalho reúne 610 em Curitiba



Mesa de abertura do seminário (da esquerda para a direita): juízes Arion Mazurkevic (TRT-PR), Fernando Ono (presidente do TRT-PR), Morgana Richa (presidente da Amatra-IX); Grijalbo Coutinho (presidente da Anamatra) e Maurício Machado (TRT-MG). No destaque, juízes, procuradores, servidores, advogados e estudantes que participaram do evento

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - Amatra-IX, a Escola da mesma entidade - Ematra - e o TRT do Paraná realizaram, de 13 a 15 de abril, seminário sobre a ampliação da competência da Justiça do Trabalho. O evento, que contou com 610 inscritos dentre juízes, servidores, advogados e estudantes, lotou as dependências do "Espaço Portinari" do Estação Convention Center, em Curitiba. O evento foi aberto pela presidente da Amatra-IX, juíza Morgana de Almeida Richa, e pelo presidente do TRT-PR, juiz Fernando Eizo Ono. Logo após, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - Anamatra, juiz Grijalbo Fernandes Coutinho, e o juiz do TRT-MG, professor Maurício Godinho Delgado, participaram da conferência de abertura. Durante o seminário foram lançados livros jurídicos de autoria do juiz do TRT Célio Horst Waldruff e dos juízes aposentados do TRT-PR Zeno Simm e Manoel Antonio Teixeira Filho.

p. 4, 5 e 6

ENTREVISTA

Juiz Lauremi Camaroski

*Juiz do Trabalho aposentado
Ex-presidente do TRT-PR*

"Devo quase tudo que sou e tenho à Justiça do Trabalho".

Encarte especial



PASTILHAS

Presidentes e corregedores participam da segunda reunião do Colepccor de 2005

Em 12 e 13 de abril foi realizada, em Brasília, a segunda reunião ordinária de 2005 do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho. Coordenado pelo presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, o Colepccor debateu – entre outros temas – o Projeto de Gestão Integrada da Informação da Justiça do Trabalho. Na ocasião, o ministro Ronaldo José Lopes Leal, vice-presidente do TST e presidente da Comissão de Sistema de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho, apresentou os sistemas de petição eletrônico, cálculo trabalhista rápido, carta precatória eletrônica e cadastro nacional de débitos trabalhistas. Também foi discutida a cobrança de emolumentos para vista de autos arquivados, pelo juiz Nacif Alcure Neto, corregedor da Justiça do Trabalho do Paraná.

Posse na Justiça do Trabalho

Em 1º de abril, foi empossado no cargo de juiz substituto José Vinícius de Sousa Rocha. O carioca José Vinícius, nascido em 1968, chegou ao Paraná mediante permuta com a 20ª Região (Sergipe), onde exercia o mesmo cargo desde outubro de 2003. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe na turma de 1998, José Vinícius de Sousa Rocha especializou-se em Direito (Material e Processual) do Trabalho na Universidade Tiradentes, em Aracaju. Foi servidor da Justiça do Trabalho de 1993 até 2003. A permuta deu-se com o também juiz substituto Sérgio Cabral dos Reis, que atuava no Paraná. Na foto, o empossado, ladeado pelos juizes Morgana Richa (esquerda), Fernando Ono, Nacif Alcure Neto e Sueli El Rafihi.



Correições em sete unidades

Em maio, o corregedor-regional da Justiça do Trabalho do Paraná, juiz Nacif Alcure Neto, e sua equipe realizarão visitas a sete unidades judiciárias, nos municípios de Londrina e Colombo. Nos dias 3 e 4 será a vez da 1ª Vara do Trabalho de Londrina. As 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas serão correicionadas nos dias 4 - 5, 6 - 9, 9 - 10 e 11 - 12, respectivamente. O Serviço de Distribuição dos Feitos da cidade de Londrina será no dia 12. A última visita do mês acontece na Vara do Trabalho de Colombo, em 25 de maio.

Concurso para juiz do Trabalho

Na sessão de 28 de março, o Órgão Especial do TRT-PR autorizou o início da adoção de procedimentos voltados à realização do 20º Concurso da 9ª Região para cargos de juiz do trabalho substituto. A medida é preventiva da possibilidade do não preenchimento, pelo concurso em andamento, da totalidade dos 47 cargos de ingresso na magistratura trabalhista, decorrentes da futura instalação de 23 novas Varas do Trabalho do Paraná.

Palestra sobre estresse para servidores

Em 1º de abril, quinze servidores das áreas judiciária e administrativa do TRT do Paraná participaram da palestra “Gerenciando o estresse em situações de trabalho”. O evento foi promovido pela Seção Psico-Social do Serviço de Benefícios Institucionais da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal. Ministrada pela psicóloga Jandira de Almeida Pereira - da Seção Psico-Social do TRT-PR - a palestra abordou temas relacionados ao estresse no ambiente de trabalho. Na ocasião foram apresentadas fórmulas simples para combater esse mal no dia-a-dia. A palestra fez parte de projeto elaborado pela Seção Psico-Social que visa disponibilizar mensalmente encontros temáticos aos servidores da Justiça do Trabalho do Paraná. Todos voltados à qualidade de vida no ambiente de trabalho.



Paranaenses são aprovados no Concurso à Procuradoria do Trabalho

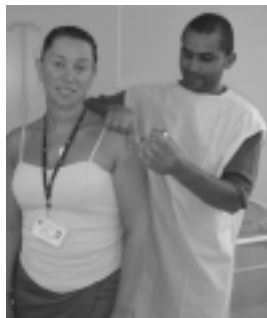
O servidor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, Marcelo Adriano da Silva, assessor do gabinete do juiz Altino Pedrozo dos Santos (atualmente convocado ao TST) e Fábio Aurélio da Silva Alcure, filho do corregedor-regional da Justiça do Trabalho do Paraná, Nacif Alcure Neto, foram aprovados no 11º Concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho. O resultado do processo seletivo, que teve 75 aprovados, foi publicado no Diário Oficial da União, em 5 de abril. Marcelo ficou em 17º lugar e Fábio em 5º. A posse está prevista para 4 de maio.

Relatório Anual-2004 é aprovado

O Órgão Especial do TRT-PR aprovou, em 28 de março, o relatório das atividades do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, relativo ao exercício 2004. O relatório apresentou dados estatísticos e informações gerais de atividades realizadas no ano passado.

Campanha de Vacinação antigripal

Foi realizada, no mês de abril, em Curitiba, a campanha anual de vacinação antigripal da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Para este ano foram adquiridas 1.200 doses para aplicação em juizes e servidores. Na capital, a vacinação foi efetivada pela Seção Médico-Odontológica e de Higiene e Segurança no Trabalho no prédio-sede do TRT (sobreloja) e anexo administrativo (5º andar) e por equipe itinerante na unidade do Cajuru. Para a região metropolitana de Curitiba e para o interior, as doses foram despachadas por malotes, acondicionadas com lacre em caixas de isopor.



Reunião na capital busca a excelência da prestação jurisdicional

O diretor do Fórum da Justiça do Trabalho de Curitiba, juiz Valdecir Edson Fossatti, reuniu-se, no dia 25 de maio, com diretores de Varas da capital. O encontro, que acontece mensalmente, contou pela primeira vez com a participação de diretores da Administração do TRT-PR, entre eles, o diretor-geral, Osman César Silva, a secretária-geral da presidência, Adelia De Finis e a secretária da corregedoria regional, Mary Ramos Monteiro. O objetivo das reuniões é resolver situações problemáticas em comum para alcançar a excelência na prestação jurisdicional.



Sugestões e opiniões para o **Nona**:
(41) 310-7171 / ascom@trt9.gov.br

AGENDA

- **Salvador-BA**: V Congresso Brasileiro de Direito do Estado - Direito Administrativo, Tributário e Constitucional - Dias 4, 5 e 6 de maio, no Centro de Convenções do Bahia Othon Hotel. Contato: (71) 270-5246, 270-5245; 0800-7075246 ou e-mail latosensu@latosensu.com.br.
- **São Paulo-SP**: “Fim do Direito do Trabalho?” Público-alvo: professores, advogados, juizes, empresários, sindicalistas, estudantes de Direito. Em 12 de maio, no auditório do Sesc de São Paulo (Av. Paulista, 119 - térreo). Inscrições: www.attivita.com.br / (11) 3816-2563.
- **Goiânia-GO**: I Congresso Internacional sobre Mulher, Gênero e Relações de Trabalho. De 5 a 7 de maio. Informações: www.trt18.gov.br.

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: JUIZ FERNANDO EIZO ONO. VICE-PRESIDENTE: JUIZ WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. CORREGEDOR-REGIONAL: JUIZ NACIF ALCURE NETO. DIRETOR-GERAL: OSMAN CÉSAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO LINS. ACESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARCOS BADDINI, SORAYA WOLFF e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: CARMEN ZIEGE, CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, ARQUIVO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. APOIO: MARINYR CHILA. ARTE FINAL: MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

AUTOS FINDOS NO TRT-PR

Em cinco meses, cerca de 45 mil processos deverão ser eliminados

Em março foram analisados no Serviço de Arquivo e Documentação (SAD) do TRT-PR aproximadamente 12 mil processos com mais de cinco anos de trânsito em julgado (de 1998 e 1999), para realização dos trabalhos de eliminação de autos findos. Daquele total, 10.418 serão efetivamente eliminados.

No início de abril o SAD passou a contar com a colaboração nos trabalhos de avaliação dos processos para eliminação do diretor da Secretaria de Apoio Judiciário (SAJ) do TRT-PR, Waldecir Antônio Machado. Para auxiliarem na análise dos autos aptos à eliminação, no início de abril, três funcionários lotados na SAJ receberam treinamento sobre autos findos junto ao Serviço de Arquivo.

Segundo a diretora do SAD, Neide Spíndola, "a estimativa para os meses de março a julho é de que aproximadamente 50 mil processos sejam analisados, dos

quais cerca de 45 mil deverão ser eliminados". Parte dos funcionários do SAD, além do diretor e servidores lotados na SAJ, estão verificando minuciosamente os autos para que as eliminações aconteçam de modo rápido, seguro, produtivo e eficiente.

O edital que estabelece os critérios para a eliminação dos autos findos foi publicado em 13 de abril na imprensa oficial. O edital contém dados que facilitam a localização e identificação dos autos pelos interessados, como o número do processo, da Vara no qual tramitam e o nome das partes e dos advogados.

Depois de selecionados, os autos findos serão destruídos (picotados) e a quantidade de papel resultante será vendida, sendo o valor total destinado aos projetos da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, para doação a entidades assistenciais.



A estimativa para os meses de março a julho é de que aproximadamente 50 mil processos sejam analisados. No destaque, equipe que está analisando os autos para eliminação

Em Maringá, processos transferidos a faculdades

Processos findos há mais de cinco anos nas quatro Varas do Trabalho de Maringá, passíveis de eliminação, não serão mais destruídos. O TRT autorizou a transferência dos respectivos cadernos processuais a duas

instituições superiores de ensino maringaenses, para fins de estudo. Os autos serão entregues à Faculdade Maringá e à Faculdade Nobel, da mesma cidade.

Iniciada no TRT-PR renovação dos microcomputadores e impressoras

processos manuseados diariamente, considerando as vantagens de monitores de cristal líquido e tela plana dos novos computadores.

"O que muitos dos usuários que estão recebendo estes novos equipamentos nem imaginam é o pesado trabalho de organização e logística necessário para a realização deste projeto. Ele se inicia com a especificação dos equipamentos, passa por inúmeros trâmites administrativos de licitação e contratação e envolve o recebimento, instalação e entrega dos novos equipamentos, além da retirada dos antigos", conta o diretor de Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Judiciários da Secretaria de Informática, Eduardo Silveira Rocha.

Nas Varas da capital a totalidade das estações de trabalho está sendo substituída por microcomputadores (para juizes, salas de audiência e diretores de secretaria) ou *thin clients* (ver box), que trabalham com acesso remoto a programas, utilizando a tecnologia *citrix*. "Todas as Varas do Trabalho contarão com impressora a laser para cada microcomputador instalado, e uma matricial para cada dois *thin clients*", destaca Eduardo.

"Ainda na capital devem ser substituídos mais 460 microcomputadores completos, 215 impressoras e 250 *thin clients*, resultando na movimentação de mais de 3.400 volumes, entre retirada e instalação de novos equipamentos, sendo que cada um deles precisa ser configurado e testado individualmente antes de sua disponibilização ao usuário", completa.

"O projeto prossegue com a instalação de grande volume de equipamentos nas Varas e Fóruns do interior, seguindo o mesmo padrão de distribuição na capital. Sempre que possível a renovação no interior do estado ocorrerá simulta-

neamente à instalação do SUAP - Sistema Único de Acompanhamento Processual", explica. "As áreas administrativas do TRT devem ter seus equipamentos renovados somente a partir de 2006", finaliza Eduardo.

Thin client vai "desafogar" rede

O *thin client* (cliente magro), microcomputador de baixo custo operacional, será implantado em breve para agilizar e facilitar o trabalho nas Varas do Trabalho do Paraná. O *thin client* trabalha em modelo de aplicação de sistema centralizado em um servidor principal.

Os "clientes magros" tipicamente não requerem processadores avançados ou poderosos, porque trabalham com aplicações modo usuário de uma rede central, como é o caso das Varas do Trabalho. Tais componentes identificam plataformas-padrão (sem alterações) em estações *diskless* (sem discos rígidos).

O *thin client* é um equipamento sem capacidade de processamento, pois todas as informações são centralizadas. Dessa forma evita-se a duplicidade de dados. O conjunto desses equipamentos eleva a disponibilidade da rede de informática (maior performance e menor tráfego), evitando congestionamentos. O dispositivo proporciona também maior segurança no compartilhamento de informações.

Através do dispositivo, os programas "rodam" no servidor, onde a administração de todos os *softwares* está centralizada, facilitando o controle nas instalações dos programas, na prevenção de vírus e de outras ameaças à segurança das informações. Os *softwares* utilizados são o *Citrix Metaframe* e o *Microsoft Windows WTS*.

Segundo o servidor da Secretaria de Informática do TRT-PR, Carlos Alberto Oberlaender Lopes, com o *thin client* o usuário não precisará instalar nenhum *software* na estação, pois todo o processamento é realizado no computador servidor. O *desktop* na estação do usuário será através de janelas gráficas, multitarefas, e o ambiente operacional funcionará com aplicativos de código aberto. Haverá economia com a manutenção dos equipamentos, pois não possuem HD. A licitação para aquisição dos equipamentos está sendo viabilizada.

Seminário reúne 610

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - Amatra-IX, a Escola da mesma entidade - Ematra e o TRT do Paraná realizaram, de 13 a 15 de abril, seminário sobre a ampliação da competência da Justiça do Trabalho. O evento, que contou com 610 inscritos dentre juízes, procuradores, servidores, advogados e estudantes, lotou as dependências do "Espaço Portinari" do Estação Convention Center, em Curitiba.

Segundo a presidente da Amatra-IX, juíza Morgana de Almeida Richa (foto 1), o objetivo do seminário - aprofundar os debates sobre os efeitos da Emenda Constitucional 45 no que tange ao Judiciário Trabalhista - foi plenamente alcançado, dissecando os pontos mais polêmicos da recente reforma.

Para o presidente do TRT, juiz Fernando Eizo Ono (foto 2), o evento teve o mérito adicional de expor as convergências e divergências de pensamento sobre uma variada gama de temas afetos à nova ordem competencial da Justiça do Trabalho: "Ficou muito claro, a todos que participaram desse congresso, quais as certezas que a comunidade jurídica compartilha sobre o assunto e quais as dúvidas que persistem", afirmou. Ele acrescenta que, sobre essas últimas, os pontos de vista que divergem foram expostos com muita consistência, auxiliando a todos na formação de suas pessoais convicções.

O diretor da Ematra e presidente de mesa na conferência de abertura, juiz do TRT Arion Mazurkevic (foto 3), acredita que para o sucesso concorreu a acertada escolha dos conferencistas e debatedores, que buscou abranger variados canais do espectro doutrinário, fazendo com que as diferenças de pensamento compusessem o necessário contraponto para o debate desejado. Tal mérito, afirma, deve ser creditado aos membros da comissão designada pela Amatra, responsável pela seleção - juízes Sérgio Lemos, Sandra Ressel, José Aparecido dos Santos e Bráulio Gusmão.

O juiz do TRT Sérgio Murilo Rodrigues Lemos destacou o elevado nível das discussões, em especial pelos próprios magistrados da 9ª Região, cuja bagagem intelectual já prenunciava exposições marcadas pela qualidade: "Temos um quadro de juizes que não abdica do aprofundamento e da

atualização de conhecimentos; muitos são mestres e doutores, quase todos têm especializações em suas áreas de atuação e não são poucos os que exercem o magistério superior", lembra.

José Aparecido dos Santos, titular da 17ª Vara de Curitiba (convocado ao TRT-PR), ratifica a declaração de Sérgio, citando a ativa participação de seus colegas nos painéis e a abrangência dos relatórios expostos no bloco vespertino da sexta-feira, 15, quando sete magistrados apresentaram, sob sua presidência, as primeiras conclusões da magistratura trabalhista paranaense sobre os diversos temas pautados.

Sandra Maria da Costa Ressel, vice-presidente da Amatra, destacou o enorme interesse demonstrado por servidores, procuradores, advogados e estudantes, que ultrapassou as expectativas iniciais, forçando a organização a ampliar o número de vagas para o seminário. "Surpreendeu-nos o quantitativo de inscritos, que esteve além em mais de 100% da previsão primeira, de 300 interessados. Tivemos que mudar até o local do evento, do salão de um grande hotel para o maior centro de convenções do Sul do Brasil", recorda a magistrada.

Para o juiz Bráulio Gabriel Gusmão, titular da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, outro ponto extremamente positivo foi a intervenção do auditório, quantitativa e qualitativamente. Por limitações de tempo, muitas das perguntas da platéia só foram respondidas pelos conferencistas e painelistas nos intervalos para o café ou ao final das atividades de cada bloco. Ele destaca também a complementaridade obtida nas mesas expositoras: "Dada a extensão dos temas debatidos, muitos aspectos deliberadamente omitidos por um palestrante eram a seguir abordados pelos outros, tornando os painéis tão abrangentes quanto seria possível para um evento de apenas três dias", ponderou.

SÓCIO-POLÍTICA DA REFORMA

A questão debatida na abertura do seminário foi a intenção do legislador e os resultados da ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - Anamatra, juiz Grijalbo Fernandes Coutinho (foto 4), a nova ordem constitucional que tornou mais abrangente a competência desse ramo do Judiciário "repre-

senta um avanço, pois está na contramão do neoliberalismo e do conservadorismo daqueles que são contrários à classe trabalhadora". Segundo ele, os que criticam uma Justiça do Trabalho mais forte e ativa "são pessoas que a temem".

O juiz do TRT da 3ª Região, professor Maurício Godinho Delgado (foto 5), enfatizou o emprego - através do qual o cidadão se insere na sociedade capitalista - como uma conquista definitiva da civilização. O avanço do Direito do Trabalho, assim como de uma Justiça Especializada, seria "a concretização da democracia no plano social" - um caminho que não pode admitir retrocesso.

CIDADANIA E RACIONALIDADE

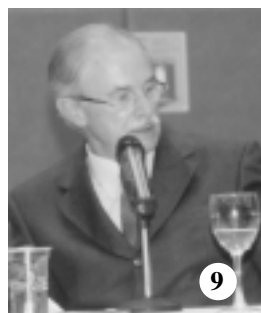
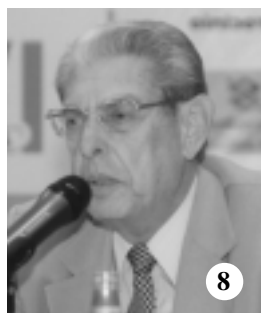
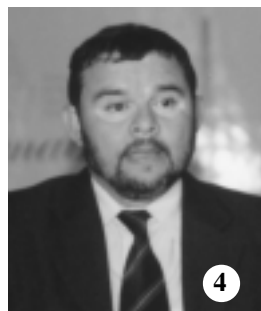
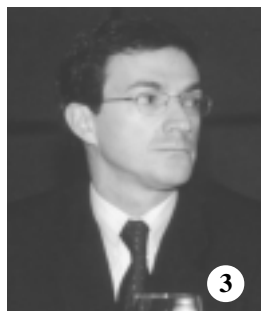
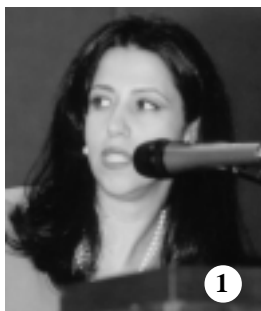
O segundo painel do evento discutiu os efeitos técnicos e ideológicos da EC 45 na prática da Justiça do Trabalho, indagando se da emenda à Constituição exsurgiria um novo processo do trabalho ou "para o trabalho".

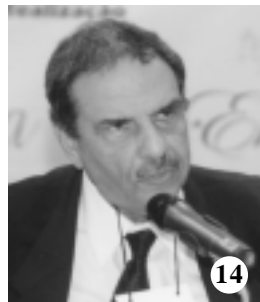
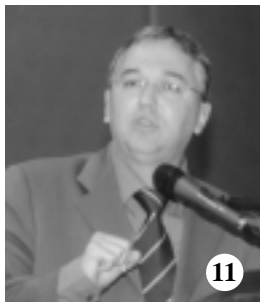
O professor da USP Estevão Mallet (foto 6) defendeu, em sua exposição, que as normas adjetivas da CLT deverão prevalecer no julgamento das matérias acrescentadas à competência do Judiciário Trabalhista pela emenda.

O professor da UFPR Manoel Caetano Ferreira Filho (foto 7), a propósito, manifestou que considera razoável que todas as questões referentes à relação entre o trabalhador (assim entendido como aquele que produz qualquer tipo de serviço) e aquele que o contrata passem de imediato à apreciação da Justiça do Trabalho, independentemente da interpretação ideológica segundo a qual a reforma resultaria de uma extensão do princípio protetivo do Direito do Trabalho a outros ramos da ciência jurídica. O juiz do TRT aposentado e também professor Wagner Ddrla Giglio (foto 8) afirmou que não vê como sem relevância o debate ideológico, acreditando como indissociáveis os aspectos políticos e sociais do tema e suas conseqüências na seara judiciária. O também juiz aposentado do TRT-PR Manoel Antonio Teixeira Filho (foto 9) defendeu veementemente a prevalência do bom senso na escolha do rito processual para o processamento das novas causas, com a prevalência procedimental celetária.

TRABALHO E CONSUMO

A discussão sobre as distinções entre relação de trabalho e relação de consumo dominou o painel de debates da manhã da quinta-feira, 14, intitulado "O conceito da relação do trabalho, as alterações no mundo do trabalho e a ampliação da competência como exigência da cidadania e racionalidade".





Para a professora da UFPR Aldacy Rachid Coutinho (foto 10), a idéia de que a Justiça do Trabalho é uma das responsáveis pelo lento desenvolvimento econômico do país foi contrariada pela entrada em vigor da EC 45. “A Justiça do Trabalho passou a ocupar lugar de importância na defesa dos interesses do cidadão, onde, acredito, deva-se buscar a retomada dos direitos e deveres de quem está no mercado informal de trabalho”, afirmou. Ela ponderou, entretanto, a necessidade de preservar a princiologia que informa o Direito do Trabalho, cuidando para que não se percam as distinções conceituais históricas entre relação de emprego, no sentido estrito e relação de trabalho, *lato sensu*.

O advogado e também professor José Afonso Dallegre Neto (foto 11) ressaltou que as mudanças no mundo do trabalho sempre devem repercutir no correspondente ramo do Direito, que não pode manter-se estático. Para ilustrar o quão dinâmica, generalizada e internacionalizada é a fenomenologia de tais alterações, mencionou a existência na Alemanha de um site na internet que, de tempos para cá, leiloa vagas no mercado de trabalho, ganhando a vaga o trabalhador que se sujeitar ao menor salário. “Vê-se por aí até onde a fomentação ao desemprego tem sido uma constante em todas as realidades”, alertou, acrescentando que “hoje as reclamatórias trabalhistas no Brasil têm uma nova face, com denúncias sobre assédio moral, pedidos de indenização por acidentes de trabalho e respeito aos direitos de personalidade”.

O juiz Reginaldo Melhado, ex-presidente da Amatra-IX (foto 12), sublinhou um aspecto explorado pelos expositores antecedentes - a fixação da competência em razão da matéria e não em razão das pessoas: “Até há pouco, a Justiça do Trabalho era competente para conciliar e julgar apenas os litígios entre empregados e empregadores, o que gerava várias distorções, pois diversas causas trabalhistas eram decididas pela Justiça Comum ou pela Justiça Federal. Agora, passa a importar a relação existente e não a condição daqueles que a compõem” - afirmou, apregoando que o grande desafio, a partir de agora, será “socializar uma cultura de direitos na economia informal”.

O professor e advogado Paulo Nalim (foto 13) ponderou que os princípios que norteiam o Direito do Trabalho não podem ser desprezados nesse momento histórico, apenas porque o foro competente para julgar suas lides passa a abarcar um grupo mais amplo de matérias.

DISSÍDIOS COLETIVOS: BILATERALIDADE

O direito coletivo do trabalho foi o tema abordado no seminário pelo jurista Amauri Mascaro Nascimento (foto 14) na tarde do segundo dia do seminário. Para ele, um dos importantes pontos a

considerar na EC 45 refere-se ao estabelecimento da obrigatoriedade do impulso bilateral para a propositura de dissídio coletivo de trabalho de natureza econômica. Desde já, lembrou, muitos devem ser os reflexos da alteração no ambiente sindical, que deverá levar à apreciação da Justiça do Trabalho questões como o desmembramento de categorias de trabalhadores e de empresários, eleições nos sindicatos e federações e ações anulatórias de assembleias, por exemplo.

SINDICATOS EM PAUTA

As novas perspectivas da atuação da Justiça do Trabalho, tendo em vista os conflitos coletivos e a estrutura sindical, foram objeto do painel de debates da tarde da quinta-feira.

O juiz do TRT Luiz Eduardo Gunther (foto 15) lembrou a relevância de decisão do Supremo Tribunal Federal, que retira por ora a possibilidade de ações de greve de servidores públicos terem seu julgamento na Justiça do Trabalho. Considerou inquestionável, por outro lado, que todos os conflitos nascidos na estrutura sindical devam ser decididos na Justiça do Trabalho. O professor Márcio Túlio Viana (foto 16) recordou a circunstância de o Direito do Trabalho ter sido concebido a partir da existência da empresa e do sindicato. “Hoje notamos intensas mudanças nas fábricas e nos sindicatos, cujas relações cada vez mais instáveis estão colocando em risco suas estruturas”. Ele defendeu também que algumas das mudanças previstas no projeto denominado Reforma Sindical sejam aplicadas antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso.

Por fim, o advogado e professor Wilson Ramos Filho (foto 17) enfatizou como principal característica da emenda constitucional o fomento à negociação direta entre as partes, sendo elas as únicas detentoras do poder normativo. “A sociedade terá que se acostumar com a negociação e creio que o processo de negociação entre trabalhadores e empregadores seja mais fácil e mais profícuo a partir de agora”, afirmou.

FISCALIZAÇÃO E PENALIZAÇÃO

Sob o título “Natureza, limites e finalidade da fiscalização administrativa do trabalho - A Justiça do Trabalho e a penalização das infrações trabalhistas”, um painel discutiu, na manhã do último dia do seminário, o controle das autoridades encarregadas de fiscalizar o trabalho, que foi deslocado da Justiça Federal para a Justiça do Trabalho.

O advogado e professor Nelson Mannrich (foto 18) disse acreditar que a transferência trará benefícios para todos: “ela irá permitir não apenas uma maior efetividade da legislação trabalhista, mas, principalmente, o engrandecimento da Justiça do Trabalho, das Delegacias Regionais do Trabalho, protegendo até as empresas contra cobranças indevidas”, afirmou.

Com ele concordou o juiz Ney José de Freitas (foto 19), do TRT, para quem a Justiça do Trabalho está mais próxima da realidade que cerca as relações entre os envolvidos, sendo-lhe mais fácil e apropriado decidir sobre questões como autuação, multa, interdição e embargo de obras, por exemplo. Ele pondera, contudo, que os magistrados trabalhistas terão que fazer um retorno a outro ramo da ciência jurídica: “O Direito Administrativo volta ao seio da jurisprudência da Justiça do Trabalho, pois esta não será mais a ‘Justiça da CLT’. Precisamos reaprender a relação entre o cidadão e o Estado, regida pelos princípios da atividade administrativa”, declarou. Ele exortou os juizes a ter sempre em mente a percepção de que “sua luz é a Carta Política”, e arrematou que “é da Constituição que o juiz deve se valer para respaldar o cidadão fragilizado perante o Estado”.

DESAFIOS PARA O FUTURO

Márcio Pochmann (foto 20) abordou em sua conferência a conjuntura brasileira e internacional no que se refere ao mundo do trabalho. Segundo o economista e professor, “os países produtores de trabalho de concepção são apenas 20% e investem em tecnologia, apresentando menores níveis de desemprego e maior remuneração, enquanto os 80% responsáveis pela execução investem menos em tecnologia, têm elevada taxa de desemprego e menores salários”. Citando dados da OIT, o conferencista lembrou que em 1979 haviam 45 milhões de desempregados no mundo, sendo que um terço habitava nos sete países mais ricos. Hoje, os desempregados são 160 milhões, dos quais apenas 11 residem nos países que integram o G7.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES



No último dia do evento, sete juizes indicados pelas Coordenadorias da Amatra-IX expuseram as primeiras conclusões dos juizes da 9ª Região sobre os diversos temas explorados nos painéis de debates até então já concluídos. Sob a presidência do juiz José Aparecido dos Santos, os desdobramentos das discussões foram relatados pelos juizes Ilse Marcelina Bernardi Lora, Bráulio Gabriel Gusmão, Luiz Antonio Bernardo, Cássio Colombo Filho, Marcus Aurélio Lopes, Rodrigo Trindade de Souza e Maurício Mazur (foto 21). O conteúdo dos relatórios está disponível na Associação.

SEMINÁRIO SOBRE A AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

13 a 15 de abril de 2005 - Estação Convention Center - Curitiba-PR



INDENIZAÇÃO NOS ACIDENTES

A conferência de encerramento do seminário coube ao juiz do TRT da 3ª Região, professor Sebastião Geraldo de Oliveira (foto 22), que abordou as ações envolvendo acidentes de trabalho. Ele afirmou

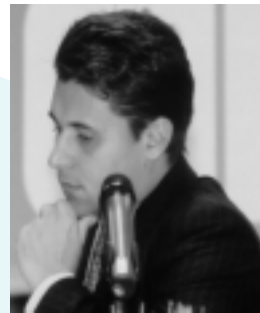
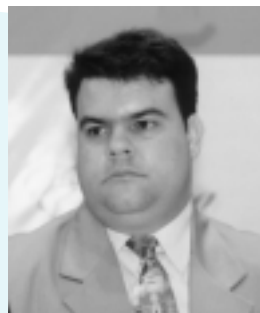
ser incontestável o deslocamento da competência de tais processos para o âmbito da Justiça do Trabalho e defendeu que os critérios para a quantificação das correspondentes indenizações devam aproximar-se, tanto quanto possível, das normas codificadas civis e da legislação complementar, com o auxílio da jurisprudência, quer nas de caráter material, quer naquelas que decorram da reparação dos conexos danos morais.

PRESIDÊNCIAS DE MESA

Cada bloco do evento foi presidido por um juiz do Trabalho da 9ª Região, a quem coube a

condução dos trabalhos, apresentação dos conferencistas e palestrantes e seleção das perguntas da platéia.

As presidências da mesas em cada bloco foram exercidas, respectivamente, pelos magistrados Arion Mazurkevich (TRT), Ilse Marcelina Bernardi Lora (Vara de Francisco Beltrão), Dinaura Godinho Pimentel Gomes (1ª Vara de Londrina), Sérgio Guimarães Sampaio (Vara de Wenceslau Braz), Arnor Lima Neto (TRT), Silvana Souza Netto Mandalozzo (1ª Vara de Ponta Grossa), e os substitutos Júlio Ricardo de Paula Amaral e Paulo Henrique K. e Conti. ■



Na seqüência (acima, a partir da esquerda), os juízes Arnor Lima Neto, Silvana Souza Netto Mandalozzo, Sérgio Guimarães Sampaio, Julio Ricardo de Paula Amaral e Paulo Henrique Conti, e ao lado os juízes Dinaura Godinho Pimentel Gomes, José Aparecido dos Santos e Ilse Marcelina Bernardi Lora, que presidiram as mesas de blocos durante o seminário, conduzindo os trabalhos, apresentando os conferencistas e palestrantes e selecionando as perguntas



LANÇAMENTO DE LIVROS JURÍDICOS

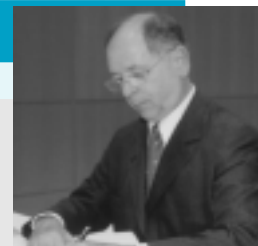
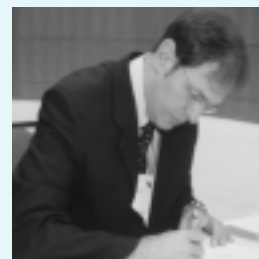
No dia 13 de abril - durante o seminário - foram lançados três livros jurídicos: "O tratamento jurídico do empregador insolvente e a (nova) Lei de Falência", do juiz do TRT Célio Horst Waldraff, "Os direitos fundamentais e a seguridade social", de autoria do juiz aposentado do TRT-PR Zeno Simm e "Breves comentários à Reforma do Judiciário - com ênfase à Justiça do Trabalho e à Emenda 45/2004", do também juiz aposentado do TRT-PR Manoel Antonio Teixeira Filho.

"O tratamento jurídico do empregador insolvente e a (nova) Lei de Falência" aborda o sistema insolvencial vigente, com os seus respectivos institutos, a partir de estatística a respeito do mau funcionamento da fase de execução na Justiça do Trabalho, situação que envolve especialmente o devedor insolvente.

Apresenta o assunto no âmbito do Direito Internacional e da legislação de diversos países de blocos econômicos e da OIT. Por fim, examina Projeto de Lei em trâmite na Câmara de Deputados.

Pela Editora LTr, "Os direitos fundamentais e a seguridade social", tem abordagem dividida em três capítulos. A obra reproduz monografia apresentada pelo autor para conclusão do curso de pós-graduação em Direito pela Universidad de Castilla-La Mancha.

Também pela Editora LTr, "Breves comentários à Reforma do Judiciário - com ênfase à Justiça do Trabalho e à Emenda 45/2004", efetua observações objetivas sobre todas as disposições da Emenda Constitucional, que introduziu a denominada "Reforma do Poder Judiciário". O autor dá especial atenção às normas que



Os autores Célio Waldraff, Zeno Simm e Manoel Teixeira Filho, autografando suas obras

dizem respeito à Justiça do Trabalho e à ampliação da sua competência diante da EC 45/2004.

CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRÉSTIMO

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Frederico M.Lopes / Cinthia Adriana	(41) 322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 4501-3444 / 4501-3488
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino/ Dolores Pilz	(41) 310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro/ Nereu Leineker	(41) 310-7104
Paraná Banco	Maria Izabel Couceiro Barros	(41) 3028-9850

COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Tribunal realiza Campanha de Inverno em maio

Será realizada, de 2 a 31 de maio, a Campanha de Inverno do TRT-PR, em Curitiba e região metropolitana. A mobilização visa arrecadar entre juízes e servidores doações para três entidades: Rede Feminina de Combate ao Câncer (Liga Paranaense - Hospital Erasto Gaertner), Centro de Nefrologia do Hospital de Clínicas e Grupo Amigos (Grupo de Apoio às pessoas portadoras do HIV/AIDS).

A Rede Feminina de Combate ao Câncer tem mais de 50 anos de atividades voltadas à assistência integral ao paciente com câncer, em especial às crianças em tratamento. A instituição atende a aproximadamente 180 mil pessoas por ano. A

Rede conta com cerca de 500 voluntários no Paraná, coordenando e desenvolvendo planos e programas de trabalhos, além de projetos específicos (campanhas e eventos sociais) visando à arrecadação de fundos para o tratamento de pacientes oncológicos em tratamento no Hospital Erasto Gaertner.

Mensalmente o Centro de Nefrologia atende a cerca de 200 pacientes do Sistema Único de Saúde. São pessoas aguardando transplantes (doador e receptor) ou em recuperação após o transplante, além de portadores de enfermidades renais (cálculos, glomerulonefrite, nefrite) sistêmicas (diabete melito, lupus eritema-

toso) e hipertensão arterial.

O Grupo Amigos é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, formada por portadores do HIV/AIDS, seus familiares e amigos. O objetivo é dar apoio moral ao cidadão, tirando-o da clandestinidade. Oferece material informativo, apoios psicológico e jurídico.

A Campanha de Inverno deste ano será de arrecadação de calçados, agasalhos, cobertores, lençóis e toalhas. As doações podem ser entregues à Seção Psico-Social (5º andar do prédio Anexo Administrativo da Rua Vicente Machado, em Curitiba). Outras informações pelo telefone (41) 310-7078.

TRT-PR realiza coleta de listas telefônicas antigas para doação

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR realizou, de 7 a 29 de abril, sua primeira campanha de arrecadação de listas telefônicas antigas. O total arrecadado será divulgado na próxima edição do **Nona**.

A mobilização abrangeu os três prédios da Justiça do Trabalho em Curitiba. Juízes e servidores reuniram catálogos em desuso nas secretarias, gabinetes, serviços, assessorias e setores, bem como o material que tinham em suas residências. O papel arrecadado será posteriormente vendido, angariando fundos para as ações assistenciais da Comissão.



Doados frigobares ao Hospital de Clínicas

Em 25 de abril, dois aparelhos de frigobar foram entregues ao Centro de Nefrologia do Hospital de Clínicas pela Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR. Os eletrodomésticos, apesar de antigos, estavam conservados. Os refrigeradores doados não estavam mais sendo utilizados no Tribunal.

Novo integrante

Coordenada pela juíza Rosalie Michaele Bacila Batista, a Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, criada pela portaria GP 61/2004, de 26 de novembro de 2004, conta com novo integrante. Desde março deste ano o juiz Márcio Dionísio Gapski compõe a comissão.

PRATA DA CASA

Exposição de pinturas em abril

Foi realizada no mês de abril a décima-oitava exposição do projeto "Prata da Casa" do TRT-PR, no hall de entrada do Fórum da Justiça do Trabalho de Primeiro Grau de Curitiba. A mostra, aberta no dia 1º e encerrada em 28, foi de pinturas do servidor do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná Ricardo Ferreira de Aragão Paz.

Foi por influência da mãe, pintora, que o servidor Ricardo tomou o gosto pelas artes plásticas. O acesso a livros referentes ao assunto e as muitas visitas a galerias e exposições fizeram com que ele se decidisse por também dar início à prática da pintura, há aproximadamente sete anos, embora desenhase desde a infância.

Com manifesta predileção pelo Surrealismo - movimento artístico e literário de origem francesa, que dá ênfase à criação calcada no automatismo psíquico, ele utiliza-se preferencialmente de tintas à base de óleo, nanquim e



grafite em suas produções. Entre seus artistas favoritos o colega cita os pintores Salvador Dali, I. Bosch, Rene Magritte, Max Ernst, H.R. Giger e os desenhistas M.C. Escher e Roger Dean. Do Brasil destaca Anita Malfatti.

Natural de Criciúma, Santa Catarina, Ricardo ingressou na Justiça do Trabalho paranaense em março de 2003, como analista judiciário, sendo designado para a VT de Colombo, onde trabalhou até recentemente. Atualmente, encontra-se lotado no gabinete do juiz do TRT Amor Lima Neto. Formado em Direito pela então Faculdade de Direito de Curitiba, advogou por quase dez anos antes de ingressar no serviço público. Não descarta, para o futuro, a possibilidade de participar de concurso para a magistratura trabalhista.

Esta foi sua primeira mostra individual de pintura, mas Ricardo já participou de várias coletivas, tanto em sua cidade natal quanto no próprio TRT-9ª Região, além de ter feito uma



A partir da esquerda: Osman Silva (diretor-geral do TRT-PR), Adelia De Finis (secretária-geral da Presidência), Cláudio Jardim (assessor jurídico), Marcia Besch (namorada do expositor), o expositor Ricardo Paz e Waldecir Machado (diretor da Secretaria de Apoio Judiciário), durante a abertura da exposição

individual de desenho na Escola Técnica de Santa Catarina - CIS. Autodidata, pretende estudar pintura em aerografia e, mais tarde, fazer faculdade de Belas Artes. O artista brindou-nos com 13 obras, concebidas nos recônditos de sua imaginação e traduzidas em pinceladas capazes de despertar emoções as mais diversas naqueles que as contemplem.

O projeto "Prata da Casa" visa incentivar a produção cultural de juízes e servidores da Justiça Trabalhista do Paraná.

Na contramão do estresse. Pedalando até o TRT

Com uma bicicleta você sai da rotina do trânsito e dos ônibus, que às vezes é muito estressante. Eu tenho a possibilidade de passar por belas paisagens como o Jardim Botânico e respirar um pouco de ar puro antes de chegar ao caos do centrão. Além disso, você se obriga a manter os reflexos apurados, pois é necessário ter muita atenção". Foi assim que o servidor Valdeir Antônio Garcia, chegando de bicicleta ao prédio do anexo administrativo ao Fórum da Justiça do Trabalho, após percorrer os 17 quilômetros que o distanciam de sua casa no centro de Pinhais, região metropolitana de Curitiba, referiu-se às vantagens de usá-la como meio de locomoção.

Valdeir é bacharel em Direito pelas Faculdades Curitiba. Atualmente, cursa pós-graduação em Direito do Trabalho no Instituto Paranaense de Estudos Jurídicos - IPEJ. Ingressou no Tribunal em 2003, no cargo de técnico judiciário. Está lotado desde janeiro na ALCC - Assessoria de Licitações, Compras e Contratos. Já esteve lotado na 11ª Vara do Trabalho da capital e na SECOF (Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira).

Natural de Curitiba, sempre morou no município de Pinhais. "Saio de casa às 9h15 e chego no Tribunal às 9h50. São 17 quilômetros do TRT até a minha casa. Portanto, percorro cerca de 34 quilômetros cada vez que venho de *bike*", conta Valdeir.

"Quando entrei no Tribunal eu vinha de

ônibus. Só decidi vir de *bike* depois que percebi que não estava me sobrando tempo para a prática de qualquer atividade física, pois deixei aos poucos de nadar e fazer musculação. De repente, tive esse *insight*, quando olhei para a *bike* que estava encostada e vi que podia ser uma alternativa", relata. E garante: "me sinto bem mais disposto depois que resolvi abraçar o ciclismo".

Entretanto, Valdeir faz uma alerta sobre o trânsito: "Todos estão muito apressados e dispostos a passar por cima dos outros, mas é preciso não se incomodar com isso. Procuo usar caminhos alternativos no trajeto que faço. Venho de forma tranqüila até chegar na rodoviária. Daí em diante tenho que ter atenção redobrada e procuro utilizar ruas menos movimentadas até chegar ao Tribunal".

Valdeir aconselha para o trajeto o uso do vestuário apropriado, o qual sempre utiliza: capacete, camiseta, bermuda, sapatilha e luvas. "A roupa deve ser leve e de preferência colorida para que o ciclista seja melhor visualizado por seus 'algozes', os motoristas de carros", reforça. Curiosamente, destaca que "o capacete não é previsto como equipamento obrigatório pelo Detran". E observa: "salvaria a vida de muitos ciclistas tímidos que deixam de usá-lo por medo de sofrerem chacoalhas de pessoas menos informadas. Ao contrário do que muitos pensam o capacete não é enfeite, ele protege mesmo". Alerta, ainda, sobre as normas legais de trânsito que devem ser observadas para o tráfego das



Valdeir com sua bike, ao chegar no Tribunal, depois de pedalar 17 quilômetros

bicicletas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Analisados os prós e contras, Valdeir ainda considera a bicicleta uma das melhores opções para o caos urbano do trânsito. "O maior prazer é a sensação de liberdade", garante Valdeir.

E vale-se das palavras da escritora Clarice Lispector: "Mude, mas comece devagar, porque a direção é mais importante que a velocidade. Lembre-se de que a vida é uma só. Se você não encontrar razões para ser livre, invente-as. Seja criativo. E aproveite para fazer uma viagem despreziosa, longa, se possível, sem destino. Experimente outra vez. Você certamente conhecerá coisas melhores e coisas piores do que as já conhecidas, mas não é isso o que importa. O mais importante é a mudança, o movimento, o dinamismo, a energia. Só o que está morto não muda! Repito por pura alegria de viver. A salvação é pelo risco, sem o qual a vida não vale a pena!"

VOLUNTARIADO

Responsabilidade Social reconhecida

Nesta edição do jornal **Nona** começa a ser publicada a Coluna Voluntariado, a qual irá divulgar exemplos de juizes e servidores da Justiça do Trabalho, que espontaneamente assumem sua parcela de responsabilidade social.

O espaço pretende estimular o engajamento no voluntariado. Nesta primeira edição está sendo divulgado o trabalho do juiz do Trabalho Márcio Dionísio Gapski.

O juiz Gapski sente-se gratificado: a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial (Afece), entidade a qual presta serviço voluntário, é uma das cinco no Paraná a receber, em 3 de maio, o prêmio "Bem Eficiente 2005".

A premiação, que é concedida a instituições filantrópicas por um grupo de empresas nacionais, já se encontra em sua 9ª edição. A lista com o nome das atuais 50 vencedoras estará disponível no site www.melhores.com.br, logo após a entrega dos prêmios.

A Associação Franciscana concorreu com mais 355 outras instituições, sendo avaliada segundo seus resultados organizacionais, financeiros e operacionais, sua transparência e seu impacto social.

"Acho o momento propício para que a escola se firme como referência de educação especial no país", frisa Gapski. E complementa: "Isso é ótimo, porque se trata de uma premiação séria, geradora de credibilidade. E credibilidade resulta em maior voluntariado".

Atual assessor de Relações Públicas da entidade, desde a adolescência o juiz faz da prática do voluntariado uma opção de vida. Ele considera dever de cada cidadão, sobretudo daqueles socialmente melhor colocados, a prestação de ajuda aos mais necessitados, seja na forma de contribuição financeira, seja na forma



Juiz Márcio Gapski e a diretora administrativa da Afece, Nilda Mott Loiola Gonçalves



Na escola, programa de educação física favorece a independência de movimentos

de mão-de-obra.

"Não se trata de assistencialismo, mas de promoção humana", diz. E recomenda a todos a filantropia: "É uma questão de hierarquia de valores. Acredito que o verdadeiro sentido da vida passa necessariamente pela disponibilidade para com o próximo. No meu caso isso se traduz em realização pessoal e felicidade. Preciso dizer mais?"

Escola de Administração Judiciária é regulamentada

O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná aprovou, em 28 de março, o Regulamento Interno da Escola de Administração Judiciária, criada em novembro de 2004 e vinculada à presidência do TRT.

Dentre outras finalidades, a Escola estará voltada à formação e ao aprimoramento profissional de juizes e servidores da Justiça do Trabalho paranaense, visando elevar o grau de eficiência em todas as suas atividades. Além dos cursos regulares semestralizados, haverá simpósios, seminários e palestras pontuais.

Um conselho formado por cinco magistrados formulará as diretrizes da escola - um diretor (juiz do TRT), um coordenador e três outros membros - um integrante do Tribunal, um titular de Vara do Trabalho e um substituto. A primeira diretoria é formada pelos magistrados Ney José de Freitas (diretor) e Dirceu Buyz Pinto Júnior (coordenador). Também são membros da escola os juizes Rosalie Michaele Bacila Batista, Eduardo Milléo Baracat e José Mario Kohler.